

# ÍNDICE

## ABREVIATURAS

7

## PARTE I NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	13
1. O objecto do Direito do Trabalho	13
2. Matérias abrangidas pelo Direito do Trabalho	15
3. Conexões entre o Direito do Trabalho e outros ramos do Direito	17
4. O paradigma do Direito do Trabalho e a alteração do seu modelo tradicional	18
CAPÍTULO II – FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	23
1. O Direito Romano	23
2. O Direito Intermédio	25
3. A Revolução Industrial	25
4. O surgimento da legislação social	28
5. O desenvolvimento da legislação social no início do séc. XX	30
6. A interrupção do desenvolvimento da legislação social no âmbito dos regimes ditatoriais	31
7. A consolidação e evolução da legislação social após a segunda guerra mundial	31
8. As crises económicas e a sua repercussão no Direito do Trabalho	32
9. A globalização da economia e os seus efeitos na legislação laboral	33
10. A História do Direito do Trabalho em Portugal	34
10.1. A ausência de regulação laboral específica na legislação oitocentista	34
10.2. As primeiras regulações da área laboral	36
10.3. O Direito do Trabalho na Primeira República	39

10.4. O Direito do Trabalho no Estado Novo	42
10.4.1. Generalidades	42
10.4.2. O período ditatorial	42
10.4.3. O período corporativo	43
10.4.4. O período liberalizante	48
10.5. O Direito do Trabalho desde a Revolução de 25 de Abril de 1974	
aos dias de hoje	50
10.5.1. Generalidades	50
10.5.2. O período revolucionário	50
10.5.3. O período de estabilização	53
10.5.4. O período da legislação concertada	55
10.5.5. O período da codificação	57
 CAPÍTULO III – FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	65
1. Generalidades	65
2. A Constituição	66
3. Fontes Internacionais	69
3.1. Generalidades	69
3.2. Convenções Internacionais	69
3.2.1. Convenções da Organização das Nações Unidas	69
3.2.2. Convenções e recomendações da OIT	71
3.2.3. Convenções do Conselho da Europa	72
3.2.4. Fontes do Direito da União Europeia	74
4. As leis ordinárias	80
5. Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	82
5.1. Generalidades	82
5.2. Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho negociais	83
5.2.1. Generalidades	83
5.2.2. A convenção colectiva	83
5.2.3. O acordo de adesão	85
5.2.4. A decisão arbitral em processo de arbitragem voluntária	85
5.3. Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	
não negociais	86
5.3.1. Generalidades	86
5.3.2. A portaria de extensão	86
5.3.3. A portaria de condições de trabalho	86
5.3.4. A decisão arbitral em processo de arbitragem obrigatória	
ou necessária	87
6. A jurisprudência laboral	88
7. O costume	89
8. Os usos laborais	89

9. A doutrina	91
10. A hierarquia das fontes	91
11. Interpretação e integração das fontes de Direito do Trabalho	98
11.1. A interpretação	98
11.2. A integração	100
12. A aplicação do Direito do Trabalho	101
12.1. A aplicação no tempo	101
12.2. A aplicação no espaço	102
12.2.1. A aplicação no espaço das leis laborais	102
12.2.2. O destacamento internacional dos trabalhadores	106

## PARTE II

### DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO IV – O CONTRATO DE TRABALHO	111
1. Definição do contrato de trabalho	111
2. Elementos essenciais do contrato de trabalho	112
2.1. Generalidades	112
2.2. Prestação de uma actividade	112
2.3. Retribuição	113
2.4. Subordinação jurídica	113
3. Características qualificativas do contrato de trabalho	114
3.1. O contrato de trabalho como contrato nominado e típico	114
3.2. O contrato de trabalho como contrato primordialmente não formal	114
3.3. O contrato de trabalho como contrato obrigacional	114
3.4. O contrato de trabalho como contrato oneroso	115
3.5. O contrato de trabalho como contrato sinalagmático	116
3.6. O contrato de trabalho como contrato comutativo	116
3.7. O contrato de trabalho como contrato de execução continuada	117
3.8. O contrato de trabalho como contrato <i>intuitu personae</i>	117
3.9. A questão da eventual qualificação do contrato de trabalho como negócio jurídico de consumo	119
4. Distinção do contrato de trabalho em relação a figuras afins	120
4.1. Generalidades	120
4.2. Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de prestação de serviços	122
4.3. Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de mandato	124
4.4. Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de depósito	125
4.5. Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de empreitada	125
4.6. Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de sociedade	126
4.7. Distinção entre o contrato de trabalho e a associação em participação	127

4.8. Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de agência	128
4.9. Distinção entre o contrato de trabalho e o trabalho de voluntariado a favor de instituições com fins altruístas	129
5. Métodos de distinção do trabalho subordinado em relação ao trabalho autónomo	132
6. O ónus da prova relativo à existência de uma relação de trabalho subordinado	137
7. Dificuldades de delimitação entre o trabalho subordinado e o trabalho autónomo. O trabalho para-subordinado	142
 CAPÍTULO V – O TRABALHADOR	 151
1. Noção jurídica de trabalhador	151
2. A tutela da personalidade do trabalhador	153
2.1. Generalidades	153
2.2. O direito à integridade física e moral	154
2.3. A liberdade de expressão e opinião	154
2.4. A liberdade de escolha da apresentação e vestuário	157
2.5. A liberdade religiosa	159
2.6. A liberdade de consciência	162
2.7. O direito à imagem	163
2.8. O direito à intimidade da vida privada	164
2.8.1. Generalidades	164
2.8.2. A recolha de dados pessoais pelo empregador	167
2.8.3. A licitude do tratamento dos dados pessoais no âmbito da relação laboral	168
2.8.4. A excepção relativa aos dados sensíveis	170
2.8.5. A excepção relativa aos dados de justiça	174
2.8.6. Testes e exames médicos	174
2.8.7. O problema dos meios de vigilância electrónicos	175
2.8.8. A questão da revista da pessoa, cacifo e bens do trabalhador	178
2.8.9. A confidencialidade das comunicações	179
3. Igualdade e não discriminação	182
3.1. A tutela da igualdade dos trabalhadores e a proibição de comportamentos discriminatórios por parte do empregador	182
3.2. O assédio sexual	184
3.3. O assédio moral ou <i>mobbing</i>	186
4. A categoria	189
4.1. Noção de categoria	189
4.2. Determinação da categoria	190
4.3. A categoria como limite às funções que podem ser atribuídas ao trabalhador	191

4.4.	A garantia legal da manutenção da categoria do trabalhador	193
4.5.	As alterações na categoria	194
4.5.1.	Generalidades	194
4.5.2.	A despromoção contratual fundada em necessidade premente da empresa ou do trabalhador	194
4.5.3.	O regresso do trabalhador encarregado temporariamente de outras funções à categoria anterior	195
4.5.4.	A extinção da comissão de serviço	195
4.6.	O <i>ius variandi</i> ou mobilidade funcional	195
5.	A antiguidade	196
5.1.	Generalidades	196
5.2.	Efeitos da antiguidade	197
5.3.	Determinação e tutela da antiguidade	198
6.	Os estatutos particulares de certas categorias de trabalhadores	199
6.1.	O estatuto particular dos trabalhadores dirigentes	199
6.2.	O estatuto particular das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes, e dos trabalhadores com filhos, netos ou adoptados a cargo	200
6.2.1.	Generalidades	200
6.2.2.	Maior tutela da igualdade laboral	201
6.2.3.	Maior protecção da segurança e saúde no trabalho	201
6.2.4.	Concessão de licenças e dispensas especiais	202
6.2.4.1.	Generalidades	202
6.2.4.2.	Licença em situação de risco clínico durante a gravidez	203
6.2.4.3.	Licença para deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha da residência para realização de parto	203
6.2.4.4.	Licença por interrupção da gravidez	204
6.2.4.5.	Licença parental	205
6.2.4.5.1.	Generalidades	205
6.2.4.5.2.	Licença parental inicial	205
6.2.4.5.3.	Licença parental inicial exclusiva da mãe	207
6.2.4.5.4.	Licença parental inicial a gozar por um dos progenitores por morte ou incapacidade física ou psíquica do outro	208
6.2.4.5.5.	Licença parental inicial exclusiva do pai	208
6.2.4.6.	Licença por adopção e acolhimento familiar	209
6.2.4.7.	Licença parental complementar	210
6.2.4.8.	Licença para assistência a filho	210

6.2.4.9.	Licença para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica	211
6.2.4.10.	Dispensa da prestação de trabalho por parte de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, por motivo de protecção da sua segurança e saúde	212
6.2.4.11.	Dispensa da prestação de trabalho por parte de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, por motivo de protecção da sua segurança e saúde, e respetivo acompanhante, nas deslocações inter-ilhas das regiões autónomas	212
6.2.4.12.	Dispensa para consulta pré-natal	213
6.2.4.13.	Dispensa para consulta de procriação medicamente assistida	213
6.2.4.14.	Dispensa no âmbito dos processos de adopção e acolhimento familiar	213
6.2.4.15.	Dispensa para amamentação ou aleitação	214
6.2.4.16.	Faltas para assistência a filho	214
6.2.4.17.	Faltas para assistência a neto	215
6.2.4.18.	Trabalho a tempo parcial ou em horário flexível	216
6.2.4.19.	Dispensa em relação a algumas modalidades de tempo de trabalho	217
6.2.5.	Maior protecção contra o despedimento	218
6.3.	O estatuto particular dos trabalhadores menores	218
6.3.1.	Generalidades	218
6.3.2.	Exigências especiais para o acesso ao trabalho dos menores	219
6.3.3.	Deveres acessórios a cargo do empregador	221
6.3.4.	Duração do trabalho	221
6.3.5.	Concessão de licenças especiais	222
6.4.	O estatuto particular dos trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida ou portadores de deficiência ou doença crónica	223
6.4.1.	Generalidades	223
6.4.2.	Tutela da igualdade de tratamento e medidas de acção positiva	223
6.4.3.	Exigência de adaptação das condições de trabalho	224
6.5.	O estatuto particular dos trabalhadores cuidadores	225
6.5.1.	Generalidades	225
6.5.2.	Concessão de uma licença especial	225
6.5.3.	Regime especial de organização do tempo do trabalho	226
6.5.4.	Protecção contra o despedimento	227
6.6.	O estatuto particular dos trabalhadores-estudantes	227
6.6.1.	Generalidades	227

6.6.2. Regime especial de duração do trabalho, faltas, férias e licenças	227
6.6.3. Aquisição, manutenção e cessação do estatuto de trabalhador-estudante	229
6.6.4. O caso particular do contrato de trabalho com estudante em período de férias escolares ou de interrupção lectiva	231
6.7. O estatuto particular dos trabalhadores estrangeiros ou apátridas	231
 CAPÍTULO VI – O EMPREGADOR	 233
1. Noção jurídica de empregador	233
2. A empresa enquanto empregador	234
3. As empresas ideológicas ou de tendência	237
4. Os grupos de empresas	238
5. A pluralidade de empregadores	240
 CAPÍTULO VII – A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	 243
1. A autonomia privada e a liberdade de trabalho	243
2. Pressupostos de celebração do contrato de trabalho	244
2.1. Capacidade das partes	244
2.2. Legitimidade, habilitações, título profissional e inscrição em ordens profissionais	247
2.3. Requisitos do objecto e do fim negocial	250
3. Igualdade e não discriminação em relação aos candidatos a emprego	252
4. O processo de formação do contrato de trabalho	254
5. A adesão ao regulamento interno da empresa	255
6. A formação do contrato de trabalho através de cláusulas contratuais gerais	257
7. O contrato promessa de trabalho	258
8. Os deveres de informação	260
8.1. Generalidades	260
8.2. Deveres de informação do trabalhador	261
8.3. Deveres de informação do empregador	263
9. A responsabilidade pré-contratual	266
10. Forma do contrato de trabalho	268
10.1. Regime geral	268
10.2. Casos especiais em que se exige a forma escrita	268
10.3. Exigência de formalidades especiais e imposição de menções obrigatórias	270
10.4. Consequências da preterição da forma e das formalidades	270
11. A invalidade do contrato de trabalho	272
12. O período experimental	275

CAPÍTULO VIII – OS DEVERES DO TRABALHADOR	283
1. A prestação do trabalhador	283
1.1. Conteúdo da prestação do trabalhador	283
1.2. Definição das funções exercidas pelo trabalhador	284
1.3. Atribuição de poderes de representação ao trabalhador	285
1.4. Atribuição de direitos sobre o resultado da prestação do trabalhador	285
2. Os deveres acessórios do trabalhador	287
2.1. Generalidades	287
2.2. Deveres acessórios integrantes da prestação principal	288
2.2.1. Dever de obediência	288
2.2.2. Deveres de assiduidade e pontualidade	289
2.2.3. Dever de zelo e diligência na realização do trabalho	291
2.2.4. Dever de promover a melhoria da produtividade na empresa	292
2.3. Deveres acessórios autónomos da prestação principal	292
2.3.1. Deveres acessórios de informação	292
2.3.2. Deveres acessórios de protecção	293
2.3.3. Deveres acessórios de lealdade	294
CAPÍTULO IX – O LOCAL DE TRABALHO	297
1. Generalidades	297
2. Determinação do local de trabalho	298
3. Modificação do local de trabalho	299
3.1. Generalidades	299
3.2. Transferência definitiva do trabalhador por decisão do empregador	299
3.2.1. Generalidades	299
3.2.2. Transferência unilateral	299
3.2.3. Transferência colectiva	301
3.3. Transferência temporária do trabalhador por decisão do trabalhador	301
3.4. Transferência do trabalhador a seu pedido	302
3.5. Alterações ao regime da transferência do local de trabalho	303
CAPÍTULO X – O TEMPO DE TRABALHO	305
1. Generalidades	305
2. Tempo de trabalho e tempo de descanso	306
3. Período normal de trabalho e período de funcionamento	308
4. O horário de trabalho	308
5. Limites da duração de trabalho	309
5.1. Generalidades	309
5.2. Tempos máximos de trabalho	309
5.3. O regime da adaptabilidade	311
5.4. O regime do banco de horas	313



5.5. O regime do horário concentrado	315
5.6. Limites máximos em caso de fixação do horário de trabalho em termos médios	315
6. Flexibilidade de horário	316
7. Alterações no tempo de trabalho	317
8. Isenção de horário de trabalho	318
9. Trabalho por turnos	321
10. Trabalho nocturno	323
11. Trabalho suplementar	327
12. O direito ao repouso	332
12.1. Generalidades	332
12.2. Os períodos de descanso diário	333
12.3. O período de descanso semanal	335
12.4. Os feriados	336
12.5. As férias	338
12.5.1. O direito a férias	338
12.5.2. Proibição do exercício de outra actividade durante as férias	338
12.5.3. Aquisição do direito a férias	339
12.5.4. Duração do período de férias	339
12.5.5. Retribuição durante as férias	340
12.5.6. Marcação das férias	340
12.5.7. Alteração das férias	341
12.5.8. Efeitos da redução, suspensão e cessação do contrato nas férias	342
12.5.9. Violação do direito a férias	343
13. As faltas ao trabalho	343
13.1. Generalidades	343
13.2. As faltas justificadas	345
13.2.1. Fundamentos de justificação da falta	345
13.2.1.1. Casamento	345
13.2.1.2. Falecimento do cônjuge, parentes ou afins	345
13.2.1.3. Prestação de provas em estabelecimento de ensino	346
13.2.1.4. Impossibilidade de prestar trabalho por facto não imputável ao trabalhador	347
13.2.1.5. Necessidade de prestação de assistência a familiares	348
13.2.1.6. Ausência motivada pelo acompanhamento de grávida em caso de deslocação inter-ilhas para realização do parto	351
13.2.1.7. Ausências para informação sobre a situação educativa do menor	351
13.2.1.8. Ausência motivada por luto gestacional	351

13.2.1.9. Ausências dos trabalhadores eleitos para as estruturas de representação colectiva	352
13.2.1.10. Ausências dos candidatos a eleições	352
13.2.1.11. Faltas autorizadas ou aprovadas pelo empregador	353
13.2.1.12. Outras faltas previstas na lei	354
13.2.2. Ónus de comunicação e comprovação	354
13.2.3. Efeitos das faltas justificadas	355
13.3. As faltas injustificadas	357
13.3.1. Conceito de falta injustificada	357
13.3.2. Efeitos das faltas injustificadas	357
 CAPÍTULO XI – OS DEVERES DO EMPREGADOR	 359
1. Generalidades	359
2. O dever de prestação principal: a retribuição	359
2.1. Generalidades	359
2.2. Noção e características da retribuição	360
2.2.1. Generalidades	360
2.2.2. Contrapartida da prestação de trabalho	360
2.2.3. Regularidade e periodicidade	361
2.2.4. Tendo por objecto prestações em dinheiro ou em espécie	361
2.3. Critérios de fixação e determinação da retribuição	362
2.4. Modalidades de retribuição	364
2.4.1. Retribuição em dinheiro e em espécie	364
2.4.2. Retribuição certa, variável e mista	365
2.4.3. Retribuição base, diuturnidades, e complementos salariais	365
2.5. Prestações não retributivas	366
2.5.1. Generalidades	366
2.5.2. Pagamento de despesas	367
2.5.3. Abono para falhas	368
2.5.4. Subsídio de refeição	368
2.5.5. Gratificações	369
2.5.6. Prestações extraordinárias concedidas pelo empregador como recompensa ou prémio dos bons resultados obtidos pela empresa	369
2.5.7. Prestações decorrentes de factos relacionados com o desempenho ou mérito profissionais, bem como com a assiduidade do trabalhador	370
2.5.8. Participação nos lucros da empresa	370
2.6. A retribuição mínima garantida	371
2.7. Cumprimento da retribuição	373
2.7.1. Forma do cumprimento	373

2.7.2. Tempo do cumprimento	374
2.7.3. Lugar do cumprimento	374
2.8. Excesso de pagamento da retribuição	375
2.9. Tutela da retribuição	375
3. Os deveres de prestação secundária	379
3.1. O dever de ocupação efectiva do trabalhador	379
3.2. O dever de formação profissional	380
4. Os deveres acessórios do empregador	381
4.1. Generalidades	381
4.2. Protecção da segurança e da saúde do trabalhador	381
4.3. Protecção da personalidade do trabalhador	382
4.4. Respeito pela autonomia técnica do trabalhador	382
 CAPÍTULO XII – OS PODERES DO EMPREGADOR	 385
1. Generalidades	385
2. Poder de direcção	385
3. Poder regulamentar	387
4. Poder disciplinar	388
5. O exercício dos poderes do empregador por outros trabalhadores	392
 CAPÍTULO XIII – ELEMENTOS ACIDENTAIS DO CONTRATO DE TRABALHO	 395
1. Generalidades	395
2. O contrato de trabalho sujeito a condição e termo suspensivos	395
3. O contrato de trabalho sujeito a condição resolutiva	396
4. O contrato de trabalho sujeito a termo resolutivo	397
5. As cláusulas de limitação da liberdade de trabalho	397
5.1. Generalidades	397
5.2. O pacto de não concorrência	397
5.3. O pacto de permanência	400
5.4. O pacto de exclusividade	401
 CAPÍTULO XIV – VICISSITUDES DA SITUAÇÃO JURÍDICA LABORAL	 403
1. Generalidades	403
2. Transmissão	403
2.1. A cessão da posição contratual	403
2.2. A transmissão da empresa ou estabelecimento	404
2.3. Cedência ocasional	408
2.3.1. Generalidades	408
2.3.2. Pressupostos	409

2.3.3.	Efeitos	410
2.3.4.	Recurso ilícito à cedência ocasional	411
3.	Redução da actividade e suspensão do contrato	412
3.1.	Regime geral	412
3.2.	A redução da actividade ou suspensão do contrato por acordo das partes. A licença sem retribuição. A pré-reforma	413
3.3.	A suspensão do contrato por facto relacionado com o trabalhador	415
3.4.	A redução de actividade ou suspensão do contrato por facto relacionado com o empregador	416
3.4.1.	Generalidades	416
3.4.2.	Crise empresarial	416
3.4.3.	Encerramento temporário do estabelecimento ou diminuição temporária da actividade	420
3.4.3.1.	Regime geral	420
3.4.3.2.	O regime específico do encerramento temporário por facto imputável ao empregador	421
CAPÍTULO XV – ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		423
1.	Generalidades	423
2.	Evolução histórica da responsabilidade por acidentes de trabalho	423
3.	Pressupostos da responsabilidade por acidentes de trabalho	427
3.1.	Generalidades	427
3.2.	A categoria do trabalhador protegido	428
3.3.	A causa do dano	429
3.3.1.	Generalidades	429
3.3.2.	O acidente de trabalho em sentido estrito	430
3.3.3.	A extensão do conceito de acidente de trabalho	431
3.3.4.	Configuração do nexo de causalidade em relação aos danos	434
3.4.	A espécie do dano	435
4.	Exclusão, redução e agravamento da responsabilidade por acidentes de trabalho	437
4.1.	Generalidades	437
4.2.	Exclusão de responsabilidade	437
4.3.	Limitação de responsabilidade	439
4.4.	Agravamento da responsabilidade	440
5.	Regime da responsabilidade por acidentes de trabalho	441
6.	As doenças profissionais e o seu regime	441

CAPÍTULO XVI – O NÃO CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE TRABALHO	443
1. As diversas modalidades de não cumprimento do contrato de trabalho e o seu regime	443
1.1. Generalidades	443
1.2. O não cumprimento imputável ao trabalhador	443
1.2.1. Não cumprimento temporário	443
1.2.1.1. Mora do devedor	443
1.2.1.2. Mora do credor	445
1.2.2. Não cumprimento definitivo	445
1.2.2.1. O incumprimento definitivo da prestação de trabalho	445
1.2.2.2. A impossibilidade culposa de cumprimento	446
1.2.2.3. O cumprimento defeituoso da prestação de trabalho	447
1.3. O não cumprimento imputável ao empregador	449
1.3.1. Mora do devedor	449
1.3.2. Mora do credor	450
1.3.3. Incumprimento definitivo e impossibilidade culposa de cumprimento	451
1.3.4. Cumprimento defeituoso	451
2. A cláusula penal e a cláusula de fixação da responsabilidade	452
3. Garantias dos créditos laborais	453
3.1. Generalidades	453
3.2. Privilégios creditórios	453
3.3. Responsabilidade solidária	454
3.4. O Fundo de Garantia Salarial	454
3.5. A exceção de não cumprimento do contrato e a suspensão pelo não pagamento da retribuição	455
4. Os efeitos da insolvência no contrato de trabalho	457
5. A prescrição dos créditos laborais	461
CAPÍTULO XVII – A CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	463
1. Generalidades	463
2. A caducidade do contrato de trabalho	464
2.1. Generalidades	464
2.2. Verificação do termo	464
2.3. A impossibilidade superveniente, absoluta ou definitiva de o trabalhador prestar o seu trabalho ou de o empregador o receber	465
2.4. A reforma do trabalhador por velhice ou invalidez	468

3. A revogação do contrato de trabalho	469
4. A resolução do contrato de trabalho	471
4.1. Generalidades	471
4.2. Despedimento por facto imputável ao trabalhador	471
4.2.1. Pressupostos	471
4.2.2. Procedimento	475
4.3. Despedimento colectivo	478
4.3.1. Pressupostos	478
4.3.2. Procedimento	479
4.3.3. Efeitos do despedimento colectivo	481
4.4. Despedimento por extinção do posto de trabalho	483
4.4.1. Pressupostos	483
4.4.2. Procedimento	485
4.4.3. Efeitos	487
4.5. Despedimento por inadaptação	487
4.5.1. Pressupostos	487
4.5.2. Procedimento	489
4.5.3. Efeitos	490
4.6. A ilicitude do despedimento	490
4.6.1. Generalidades	490
4.6.2. Fundamentos da ilicitude	490
4.6.2.1. Generalidades	490
4.6.2.2. Fundamentos genéricos da ilicitude do despedimento	491
4.6.2.3. Fundamentos específicos da ilicitude do despedimento por facto imputável ao trabalhador	492
4.6.2.4. Fundamentos específicos da ilicitude do despedimento colectivo	493
4.6.2.5. Fundamentos específicos da ilicitude do despedimento por extinção do posto de trabalho	494
4.6.2.6. Fundamentos específicos da ilicitude do despedimento por inadaptação	494
4.6.3. Forma de declaração da ilicitude	495
4.6.4. Consequências da ilicitude	496
4.6.4.1. A obrigação de pagamento dos salários intercalares	496
4.6.4.2. A indemnização por todos os danos, patrimoniais ou não patrimoniais, causados	497
4.6.4.3. A reintegração na empresa	497
4.6.4.4. A indemnização em substituição da reintegração	499

4.7. Resolução do contrato por iniciativa do trabalhador com fundamento em justa causa	500
5. A denúncia do contrato de trabalho	503

## CAPÍTULO XVIII – OS CONTRATOS DE TRABALHO

SUJEITOS A REGIME ESPECIAL	507
1. Generalidades	507
2. O contrato de trabalho a termo	507
2.1. Generalidades	507
2.2. Necessidade de justificação para a contratação a termo	509
2.3. Modalidades do contrato de trabalho a termo	510
2.4. Regime geral do contrato de trabalho a termo	510
2.4.1. Forma do contrato de trabalho a termo	510
2.4.2. Período experimental no contrato de trabalho a termo	512
2.4.3. Deveres de informação do empregador	512
2.4.4. Igualdade de tratamento	512
2.4.5. Direito à formação profissional	513
2.4.6. Regime da redução de actividade e suspensão do contrato	513
2.4.7. Regime da cessação do contrato	513
2.4.8. Preferência em futuras admissões	513
2.4.9. Compensação pela caducidade do contrato	514
2.4.10. Proibição de contratos sucessivos	515
2.5. O regime específico do contrato de trabalho a termo certo	516
2.6. O regime específico do contrato de trabalho a termo incerto	517
3. O contrato de trabalho a tempo parcial	518
4. O contrato de trabalho intermitente	522
5. O contrato de trabalho em regime de comissão de serviço	525
6. O teletrabalho	528
6.1. Generalidades	528
6.2. Pressupostos da instituição do teletrabalho	530
6.3. Duração do regime de teletrabalho	532
6.4. A situação jurídica do trabalhador	532
6.5. A situação jurídica do empregador	533
7. O trabalho temporário	536
7.1. Generalidades	536
7.2. Sujeitos	537
7.3. Os tipos contratuais relativos ao trabalho temporário	537
7.3.1. Generalidades	537
7.3.2. O contrato de utilização de trabalho temporário	539
7.3.3. O contrato de trabalho temporário	541

7.3.4. O contrato por tempo indeterminado para cedência temporária	542
7.4. Regime de prestação de trabalho temporário	543
8. O contrato de trabalho doméstico	545
9. O contrato de trabalho de porteiro	547
10. O contrato de trabalho desportivo	548
11. O contrato de trabalho dos profissionais da área da cultura	558
11.1. Generalidades	558
11.2. O contrato de trabalho a termo	560
11.3. O contrato de trabalho de muito curta duração	560
11.4. O contrato de trabalho com actividade descontínua	560
11.5. Forma, menções obrigatórias do contrato e registo dos profissionais	562
11.6. Direitos e deveres das partes	562
11.7. Local e tempo de trabalho	564
11.8. O regime específico dos profissionais de bailado	565
12. O contrato de trabalho a bordo	566
13. O contrato de trabalho em funções públicas	571

## CAPÍTULO XIX – OS CONTRATOS EQUIPARADOS

AO CONTRATO DE TRABALHO	575
1. Generalidades	575
2. O trabalho no domicílio	576
3. O contrato de aprendizagem ou de formação	582

## PARTE III

## DIREITO COLECTIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO XX – OS SUJEITOS COLECTIVOS DE TRABALHO	589
1. Generalidades	589
2. As associações sindicais	589
2.1. Generalidades	589
2.2. Tipos de organizações sindicais	591
2.3. A liberdade sindical	592
2.3.1. Generalidades	592
2.3.2. A liberdade sindical individual	593
2.3.2.1. Generalidades	593
2.3.2.2. A liberdade sindical positiva	593
2.3.2.3. A liberdade sindical negativa	595
2.3.3. A liberdade sindical colectiva	597
2.3.3.1. Generalidades	597
2.3.3.2. Liberdade de constituição de sindicatos a todos os níveis	597



2.3.3.3. Liberdade de organização e regulamentação interna	599
2.3.3.4. Direito de exercício da actividade sindical na empresa	600
2.3.3.5. Direito de tendência	606
2.4. Atribuições das associações sindicais	606
2.5. Constituição, estatutos e regulamentos das associações sindicais	609
2.6. Regime legal aplicável às associações sindicais	610
2.7. Extinção das associações sindicais	611
3. As comissões de trabalhadores	612
3.1. Generalidades	612
3.2. Constituição e composição das comissões de trabalhadores, subcomissões e comissões coordenadoras	613
3.3. Atribuições das comissões de trabalhadores	615
3.4. Protecção dos membros das comissões de trabalhadores	618
4. Os conselhos de empresa europeus	618
5. As associações de empregadores	620
5.1. Generalidades	620
5.2. Constituição e organização das associações de empregadores	621
5.3. Atribuições das associações de empregadores	622
5.4. Constituição, estatutos e regulamentos	623
5.5. Regime legal aplicável	624
5.6. Extinção e perda da qualidade de associação de empregadores	624

## CAPÍTULO XXI – OS INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO

1. Generalidades	627
2. Princípios gerais relativos aos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	628
2.1. Generalidades	628
2.2. Princípio da subsidiariedade dos IRC não negociais	628
2.3. Princípio do afastamento das normas legais	629
2.4. Princípio do tratamento mais favorável	630
2.5. Princípio da disponibilidade do conteúdo	631
2.6. Princípio da não retroactividade	632
3. Forma, publicação, entrada em vigor e controlo dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	632
4. Cumprimento dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e alteração das circunstâncias	633
5. Incumprimento dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	634
6. A convenção colectiva de trabalho	634
6.1. Generalidades	634

6.2. Legitimidade	636
6.3. Procedimento de elaboração da convenção colectiva	637
6.4. Conteúdo da convenção colectiva	639
6.5. Efeitos da convenção colectiva nos contratos de trabalho	640
6.6. Âmbito pessoal da convenção colectiva	642
6.6.1. O princípio da filiação	642
6.6.2. Excepções ao princípio da filiação	643
6.7. Âmbito material da convenção colectiva	646
6.8. Âmbito geográfico da convenção colectiva	646
6.9. Suspensão de vigência da convenção colectiva	647
6.10. Extinção da convenção colectiva	648
6.10.1. Generalidades	648
6.10.2. Revogação	648
6.10.3. Denúncia	649
6.10.4. Sobrevigência e caducidade da convenção	651
6.11. Sucessão de convenções	654
6.12. Natureza	656
7. O acordo de adesão	658
7.1. Noção	658
7.2. Regime jurídico	658
7.3. Natureza	659
8. A decisão arbitral em processo de arbitragem voluntária	659
9. A portaria de extensão	661
10. A portaria de condições de trabalho	664
11. A decisão arbitral em processo de arbitragem obrigatória ou necessária	666
11.1. Generalidades	666
11.2. A arbitragem obrigatória	667
11.3. A arbitragem necessária	667
11.4. Procedimento comum à arbitragem obrigatória ou necessária	669
11.5. Efeitos da decisão arbitral em processo de arbitragem obrigatória ou necessária	669
 CAPÍTULO XXII – OS CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO	 671
1. Generalidades	671
2. A greve	672
2.1. Evolução histórica	672
2.2. Definição de greve	678
2.3. Modalidades de greve	679
2.4. As greves atípicas	680
2.5. Legitimidade para declarar a greve e titularidade do respectivo direito	684

2.6. Limitação contratual à declaração de greve: a cláusula de paz social relativa	685
2.7. O aviso prévio da greve	686
2.8. A adesão à greve	687
2.9. Os efeitos da greve	688
2.9.1. Generalidades	688
2.9.2. Suspensão de certos efeitos do contrato de trabalho	688
2.9.3. Dever de não substituição dos trabalhadores grevistas	689
2.9.4. Faculdade de constituição de piquetes de greve	690
2.9.5. A obrigação de prestação de serviços mínimos	691
2.9.5.1. Generalidades	691
2.9.5.2. Pressupostos	691
2.9.5.3. Definição dos serviços mínimos	693
2.9.5.4. Incumprimento da obrigação de prestação dos serviços mínimos e requisição civil	695
2.9.6. A obrigação de prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações	696
2.10. Consequências da greve na relação do empregador com terceiros	697
2.11. A ilicitude da greve	697
2.11.1. Generalidades	697
2.11.2. Causas de ilicitude da greve	697
2.11.3. Consequências da ilicitude da greve	699
2.12. Termo da greve	700
2.13. Natureza jurídica da greve	700
3. A proibição do <i>lock out</i>	700

CAPÍTULO XXIII – OS MEIOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO	703
1. Generalidades	703
2. Negociação	703
3. Conciliação	704
4. Mediação	705
5. Arbitragem	707
6. Resolução governamental	707
7. Decisão judicial	707

BIBLIOGRAFIA	709
--------------	-----